

A dívida ou a vida

Dívida externa
GERALDO FORBES

Publicaram este jornal e o Jornal da Tarde, no último fim de semana, a tradução de um ótimo artigo aparecido originalmente em "Foreign Affairs" deste trimestre. A revista em causa é provavelmente a mais influente de quantas se editam nos Estados Unidos, pois é lida principalmente pela elite dirigente, o "establishment", dos EUA. Momentaneamente fatigado de martelar nos ouvidos tímidos de meus compatriotas argumentos demonstrativos da imperiosa necessidade da imediata suspensão de pagamentos das prestações da nossa dívida externa, para forçar os credores a virem negociar com melhor disposição, vou hoje, simplesmente, reproduzir trechos do artigo mencionado, aduzindo explicações.

Faço isto por dois motivos. Um, para mostrar que, ao contrário do que se pensa e diz, também lá fora, as pessoas que têm miolos em vez de água de coco na cabeça, reconhecem o absurdo da situação proposta. Outro, porque contristado tenho visto que, apesar de tudo, no Brasil, a desinformação a respeito do assunto continua grande. Pior e muito grave, até gente que devia se dar o respeito e ler antes de boquirrotar, tem defendido o acordo com o FMI e os bancos, tal qual imposto.

É o caso, por exemplo, de um banqueiro local que, buscando ganhar ares de estadista, tem desnorteado até o sempre lúcido Sr. Tancredo Neves, a quem, em vez de assessorar corretamente, confunde com suas infundadas assertivas, mal digeridas de algum almoço com um funcionariotinho qualquer de banco americano.

Partem pessoas, com este senhor, do princípio que o que é bom para o Citicorp é bom para o Brasil. Mal preparados, engolem frases feitas, meias verdades e sutis ameaças sem crítica ou altivez. Imaginem ver o bichopapão e, apavorados com o evento, rezam na cartilha dos correspondentes estrangeiros

Então, se eminentes banqueiros brasileiros apóiam a negociata, se os jornais não publicam sequer os dados básicos dos chamados "empréstimos da fase II", e se seus comentaristas não conseguem analisar a questão, como querer que os políticos, mesmo os de melhor qualidade, possam pressionar o governo para alterar sua política de submissão?

É claramente ingrata tarefa julgar e votar sem conhecer e mais ainda será dificultosa e áspera empreitada tratar com os onzenários se não se estiver apto a tanto. Seguem-se pois, para ilustração tropical, argumentos e frases de um banqueiro e estudioso estrangeiro sobre o problema.

"Por que não ocorreu ainda uma explosão social até o momento?... a falta de uma reação aparente pode ser consequência da rapidez da mudança, que deixou as populações praticamente paralisadas... De uma maneira geral, no entanto, quando não existe pão sobre a mesa, desenvolvimentos positivos podem ser substituídos, com o passar do tempo, por grandes tensões sociais. A combinação de inflação, desemprego e rendimentos reais em declínio fornece o ambiente ideal para o aparecimento de tais tensões. E as explosões, de uma maneira geral, não se anunciam com antecedência."

Todos vêm isto, menos o sr. Figueiredo e o sr. Delfim. Ou será que vêem e querem o caos para voltar atrás e ficar no poder?

"O aumento das cobranças bancárias é particularmente importante... Tal crescimento é resultante de três modificações: a taxa básica é atualmente (por opção dos credores) a prime rate dos Estados Unidos, que geralmente é mais elevada que a taxa interbancária; o spread acima desta taxa básica foi substancialmente aumentado; e várias taxas adicionais foram acrescentadas aos financiamentos e aos novos empréstimos associados a eles... A argumentação de que taxas mais elevadas são justificadas porque os devedores se tornaram mais arriscados é passível de debates."

Passível é uma forma educada de esconder o óbvio. Isto ninguém fala, devem achar desimportante. São só

alguns milhões de dólares a mais, por que fazer alarido? Com a palavra o ilustre banqueiro que preconiza pronto lambe-botas.

"Enfim, apesar das drásticas adaptações dos países devedores e das principais atitudes adotadas pelo FMI e pela comunidade bancária, existe uma séria possibilidade de que o déficit latino-americano de conta-corrente para 1983 — e as quantias semelhantes previstas para 1984 e 1985 — não poderá ser coberto. O resultado poderá ser apenas a deterioração progressiva da situação econômica nos principais países latino-americanos — com os consequentes perigos para a estabilidade política — e um espiral de acontecimentos que poderá incluir uma incapacidade até mesmo de efetuar os pagamentos dos juros sobre os empréstimos."

Que tal uma moratória? Afinal, há gente inocente passando fome e miséria.

"A sensibilidade dos problemas dos países individuais é ilustrada pelo caso Brasil, que enfrenta um programa bastante drástico de adaptação com o FMI. No momento em que este texto está sendo escrito, parece que o FMI restaurou a capacidade do Brasil de obter fundos sob o acordo estabelecido em princípios deste ano, após o Brasil ter implantado novo e rígido conjunto de medidas antiinflacionárias principalmente para manter os reajustes salariais abaixo da inflação. Isso evitou, por enquanto, um grande problema para os credores do Brasil, cujos pagamentos de parcelas de um empréstimo de 4,4 bilhões de dólares estão ligados aos pagamentos de parcelas do acordo do FMI."

Notem bem o grifo que acrescentei. O problema não é nosso, mas dos credores.

"Em terceiro lugar, é urgente reduzir o fardo dos juros. O problema é complexo. Muita coisa depende, obviamente, do caminho das próprias taxas internacionais de juros, que estão intimamente ligadas às taxas norte-americanas e que são muito difíceis de serem previstas. Mas mesmo se as taxas básicas permanecerem no seu nível, de meados de 1983, é evidente que o fardo dos juros é realmente muito pesado. Isto estimulou uma série de propostas para refinanciar a dívida de alguns países devedores em desenvolvimento, em obrigações a longo prazo e taxas de juros inferiores às do mercado."

Até os lobos têm pena dos cordeirinhos, viu, que simpático, general-presidente? Mas, se não nos mexermos, o lobinho continua a chupar o sangue do carneirinho. Ouviram, deputados? Acudam, governadores.

"É improvável que os bancos credores por si mesmos aceitem uma tal redução, até mesmo uma redução modesta proposta numa base de contingência. Sem dúvida, seria necessário que houvesse uma certa persuasão por parte do governo."

Esta é a questão fundamental. Eu corrigiria e evidentemente diria — do maior interessado, que devia ser o nosso governo. Mas onde está ele? Informações na portaria.

"É evidente que as políticas que poderiam dar resultados rapidamente são difíceis de serem implantadas... Obviamente, cada mês que passa sem uma grande crise reforça a sensação em alguns setores de que o pior já passou e que eventualmente os problemas irão evaporar-se como consequência da recuperação mundial. Uma tal opinião fornece um conforto pouco seguro, que não é consistente com a magnitude do problema de financiamento."

Como nossos verdadeiros governantes são hoje os gerentes dos bancos americanos e nossos ministros não são mais que meninos de recado que levam as ordens deles ao nosso Congresso, crise só ocorre quando este tenta entender o que mandam assinar. Existe também, claro, na barriga do povo mas isto logo será resolvido pelo carnaval — as barrigas vazias farão contraponto às culcas.

O artigo do presidente do First Boston International, Sr. P. Kuczynski, excertos do qual transcrevi acima, começa com a frase com que fecho este meu comentário: Ouve-se um estrondo bastante nítido.

Teremos conversado.

ESTADO DE SÃO PAULO